

# MICRO CRÉDITO

Número 12  
Janeiro 2002  
Bimestral

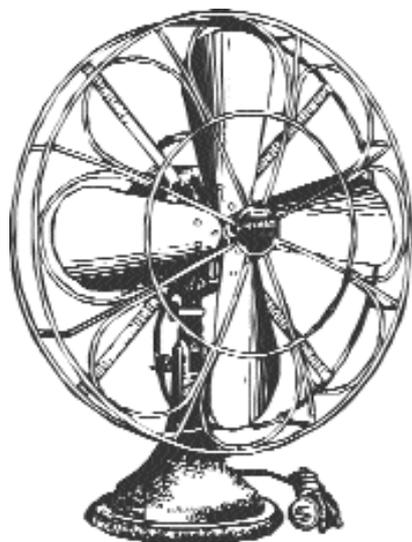
BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DIREITO AO CRÉDITO

## *ANDC aprova objectivos para 2002*

Contratar 110 novos empréstimos, concedendo 495.000 Euros de crédito, chegar ao fim do ano com 300 sócios, acrescentar 24.750 Euros ao Fundo de Garantia, manter o nível de acidentes com o crédito concedido abaixo dos 10% e reforçar as relações com as congéneres europeias, nomeadamente através da formação dos nossos agentes de crédito e da criação do centro europeu para o microcrédito, são alguns dos objectivos do plano de actividades da ANDC para 2002, aprovado em Assembleia Geral realizada no dia 19 de Novembro de 2001.

Além de aprovar o Orçamento para 2002, a A.G. inteirou-se dos mais recentes desenvolvimentos da Associação e decidiu reforçar as acções de divulgação contratando um permanente para tal função. Por outro lado, a Direcção foi encarregue de reunir uma equipa de sócios para propor um plano de médio prazo que trace as linhas gerais do desenvolvimento da ANDC para além do horizonte (2003) em que vigora o actual acordo com o IEFP (ver p.4). Foi ainda decidido contratar um consultor externo para avaliar os resultados da nossa actividade. ▼

## Um novo fôlego para a ANDC



O ano de 2001 terminou em beleza para a nossa Associação. Numa Assembleia Geral bastante concorrida traçámos as linhas de orientação para 2002, em meados de Dezembro realizámos o Seminário "O Futuro do Microcrédito" a que damos destaque neste número, assinámos o acordo com o IEFP e reunimos os membros das Comissões de Crédito para avaliarmos a experiência adquirida ao longo do ano. Tudo momentos em que nos demos conta do caminho já percorrido e em que ficamos mais claros os desafios que temos por diante.

Em 2001, o total do microcrédito concedido pela Nova Rede ao abrigo do acordo com a nossa Associação chegou aos 325.000 Euros (+38% do que em 2000), beneficiando 70 pessoas (+13%). Apesar do crescimento não ter sido enorme, foi significativo, posto que nos primeiros quatro meses do ano tínhamos apenas 5 empréstimos aprovados (contra 23 no mesmo período de 2000) e ainda todos nos recordaremos da fase difícil pela qual a ANDC passou no princípio de 2001.

Os últimos meses do ano permitiram, contudo, ganhar fôlego para o ano que agora começa. A participação de beneficiários, agentes de crédito, representantes de Instituições Locais, sócios e animadores locais, bem como a presença de dois amigos com uma larga experiência em organizações de microcrédito noutros países transformou o Seminário num momento particularmente rico de avaliação crítica do nosso trabalho, de interrogações e de clarificação dos desafios que enfrentamos para consolidar e expandir o microcrédito em Portugal. Por outro lado, o encorajamento recebido dos nossos parceiros – BCP, Ministério do Trabalho e da Solidariedade, IEFP – não se resumiu apenas a palavras de circunstância, mas constituiu verdadeira manifestação das razões porque entendem valorizar-nos como seus parceiros.

Todos estes desenvolvimentos positivos que marcaram o final do ano passado não nos devem levar a repousar sobre o caminho percorrido. Pelo contrário, entramos agora num patamar mais exigente em que não podemos defraudar as expectativas que criámos, continuando a corresponder aos que confiam em nós para sermos capazes de permitir a cidadãos no limiar da exclusão social e económica refazerem a sua relação com a sociedade e a actividade económica tendo por eixo central o seu projecto de criação de um negócio. Temos três prioridades: reforçar o rigor com que o fazemos, aprofundar a divulgação da ANDC (fazendo crescer o número de sócios e de Instituições Locais com que trabalhamos) e criarmos as bases para uma maior auto-sustentabilidade da nossa Associação. Desafios bastantes para 2002, que, esperamos, envolvam todos os sócios!!! ▼

Jorge Wemans

**DOIS CASOS**, relatados ao vivo pelos próprios intervenientes, marcaram o início do Seminário "O Futuro do Microcrédito". Além dos respectivos beneficiários, falaram representantes da Instituição Local que trabalhou o projecto de negócio com o candidato, o Agente de Crédito da ANDC que o entrevistou, um membro da Comissão de Crédito que aprovou a proposta de concessão do empréstimo e o Animador Local que acompanhou cada um dos empresários nos seus primeiros passos após receberem o crédito.

O **JOÃO PEDRO** tinha 39 anos, estava há 10 anos desempregado, recebia o rendimento mínimo garantido e tinha 10.000 bolas de golf recuperadas por ele e por outros para venda em segunda mão. Tinha a ideia de criar no Estoril uma empresa para venda de materiais para a prática do golf em segunda mão e para formar "cadies". Hoje a sua ideia é já uma realidade e, apesar dos altos e baixos do negócio, é desta actividade económica que ele e a sua família vivem.

A **MARIA VIVINA** foi obrigada a refazer a sua vida a partir da separação conjugal ocorrida no início dos anos noventa e na sequência de problemas de saúde entretanto surgidos. Contactou a ANDC para investir num balcão frigorífico que lhe permitisse vender, além dos artigos que a sua pequena mercearia já dispensava, peixe e outros alimentos congelados ou necessitados de serem mantidos no frio. A sua facturação cresceu, embora nem sempre os seus clientes se mostrem bons pagadores quando passam por dificuldades económicas. ▼

MARIA NOWAK (ADIE)

# Rupturas necessárias e desafios permanentes

**Seis aspectos** principais ressaltaram da reacção crítica de Maria Nowak à apresentação da experiência da ANDC no Seminário "O Futuro do Microcrédito". Partindo da situação em que se encontram os desempregados ou excluídos, Maria Nowak sublinhou os pontos que lhe parecem críticos para que o microcrédito possa, de facto, constituir um instrumento de inclusão e de combate à pobreza.

Três marcas caracterizam os cidadãos que passam por situações de exclusão: habitualmente encontram-se sós, não são escutados por ninguém, mas dispõem de maior energia e maior criatividade do que outros que não viveram a dificuldade. Instituições Locais, Agentes de Crédito e Animadores Locais devem ter consciência destes aspectos para poderem acompanhar as pessoas sem os substituir nas decisões que têm de tomar, mas ajudando-os a sentirem-se acompanhados e a recriar redes de relações à sua volta.

O regresso das pessoas ao mercado de trabalho proporcionado pelo microcrédito resulta de uma conjugação entre a iniciativa individual dos beneficiários (ideia e concretização de uma actividade económica) e a solidariedade de grupos e instituições (ANDC, Instituições Locais, banco, Estado, etc...). Mas esta conjugação de

vontades só é possível graças a "um pequeno milagre": a criação de uma ideia, de um projecto, de negócio feita por alguém que está em situação de dificuldade. Atendendo ao baixo empreendedorismo existente nas nossas sociedades, tal gestação de projecto ser feita por pessoas em risco de exclusão é sempre "um milagre" inesperado.

Em quarto lugar, nos processos

vadas que se habituaram a olhar o beneficiário como simples destinatário de subsídios.

Assumida aquela ruptura é preciso ainda distinguir a componente social da económica. Claro que o microcrédito é uma forma de potenciar a inserção social e o exercício pleno da cidadania por parte de cidadãos em dificuldade, mas a componente económica vai ter de se afirmar ao longo do processo como vital para que o negócio possa ser rentável, pois só assim o micro-empresário recupera o seu estatuto de cidadão a parte inteira.

Finalmente: na Europa é preciso dar muita importância aos fundos próprios gerados pelos micro-negócios. Sem fundos que permitam fazer face às necessidades de tesouraria muitos negócios tornam-se inviáveis, pelo que é importante calcular com rigor o capital destinado a este fim.

Maria Nowak é assessora do ministro francês da Economia e Finanças, Laurent Fabius, presidente honorária da ADIE de que foi fundadora (e em cujo modelo a ANDC se inspirou), foi consultora do Banco Mundial e detém uma vasta experiência de criar organizações de microcrédito em África e na Europa (incluindo a Europa de Leste). ▼



# Tudo muito bonito mas caro

**EM 30 MESES** (até ao final de Novembro de 2001) a ANDC tornou possível que 150 pessoas tivessem acesso a pequenos créditos (em média de 4.060 Euros) junto da Nova Rede. O total do crédito concedido ascende a 605.000 Euros e o número de postos de trabalho criados a 205.

Os distritos do litoral são aqueles em que se concentra o maior número de beneficiários, à excepção do Distrito de Coimbra em que não foi concedido nenhum empréstimo. No interior, as regiões da Guarda-Covilhã (8) e de Beja (15) são a excepção. Do total de 150 micro-empresários, 59% são mulheres e dois terços têm idades entre os 26 e os 45 anos.

Em termos de habilitações escolares, um terço dos 150 beneficiários apenas frequentou o 1º ciclo do ensino obrigatório (antiga 4ª classe) e dois terços não frequentaram nenhum tipo de ensino para além do obrigatório.

Apesar da grande diversidade de sectores de actividade em que os negócios criados pelos beneficiários se integram, a restauração e alimentação, o vestuário, o artesanato e os serviços à actividade doméstica são as áreas que concentram maior número de iniciativas.

De todos os empréstimos concedidos, 5% apresentam grandes dificuldades de pagamento (representam 3,4% do montante total do crédito) e outros 8%, apesar de continuarem a pagarem as prestações bancárias do empréstimo contraído, já não fazem da actividade própria a sua principal fonte de rendimento. ▼

"É preciso pensar a auto-sustentabilidade da Associação a médio prazo, de forma a que os pobres de amanhã possam encontrar uma ANDC a funcionar para lhe solicitarem apoio para acederem ao crédito", foi a recomendação de Clover Pintado durante o Seminário "O Futuro do Microcrédito" ao confrontar a experiência da ANDC com a do NovoBanco que dirige em Moçambique.

Para Clover Pintado, o trabalho da Associação em Portugal "é muito bonito, mas muito caro" pois envolve Instituições Locais, entrevistas aos beneficiários, acompanhamento destes por Animadores Locais: "tantos participantes para cada caso elevam os custos suportados pela ANDC e não se vê como esta será capaz de gerar receitas suficientes para cobrir todos esses custos."

Recordando que o NovoBanco tem como princípio "só financiar quem pode pagar as prestações do crédito concedido" e que não aceita critérios de ordem social, Clover Pintado não deixou de reivindicar para o seu banco resultados de consequências sociais evidentes: os pobres melhoram, através dos empréstimos, a sua situação económica e ganham maior autonomia social, económica e cultural. Contudo, se esse é o resultado da actividade desenvolvida pelo NovoBanco, este não se guia por critérios de caridade: realiza empréstimos a gente que não os teria junto de outros bancos por não poderem apresentar garantias reais e por que querem desenvolver negócios de muito pequena dimensão, mas só oferece crédito a quem pode pagá-lo.

O responsável do NovoBanco formulou ainda duas outras críti-



cas ao trabalho da ANDC. Em seu entender não é necessário tanto tempo (6 meses) de acompanhamento dos beneficiários. "É preciso concentrar a observação e a avaliação do beneficiário e do negócio no momento inicial (antes da concessão do crédito) e nos aspectos principais: a) se a pessoa em causa é moralmente irrepreensível; se é bom pagador; se amanhã será um bom cliente do banco."

Por outro lado, a intervenção de vários actores na avaliação dos riscos negócio e em todo o processo de concessão do crédito, leva "o beneficiário a identificar-se com quem? Com a Instituição Local que o ajudou inicialmente? Com o Agente de Crédito que o entrevistou? Com o banco que concedeu o empréstimo? Com o Animador que o acompanha?". Para Clover Pintado é recomendável que existam menos interlocutores do beneficiário: "Só assim ele pode identificar a ANDC como a organização que o ajudou e só assim a Associação pode concentrar todo o conhecimento sobre o beneficiário e o andamento do seu negócio de que vai precisar para responder com rapidez a situações de crise."

Clover Pintado é peruano e dirige actualmente em Moçambique um banco de microfinança – o NovoBanco – criado pelo BCP, um grupo financeiro holandês especializado nesta área e por capitais moçambicanos, com o apoio da Agência para o Desenvolvimento do Banco Mundial e de várias instituições holandesas. Anteriormente esteve ligado a diversas organizações de microcrédito na América Latina e na Europa de Leste. ▼

## “O microcrédito é exemplar”

**António Dornelas**, Secretário de Estado do Trabalho e Formação, presidiu à sessão de encerramento do Seminário "O Futuro do Microcrédito" e à assinatura do acordo entre o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) e a ANDC. Encerrando os trabalhos afirmou: "O microcrédito é exemplar: ele permite às pessoas em risco ou situação de exclusão que têm ideias para reverter esse quadro desfavorável empreender o seu

próprio caminho, pelos seus próprios passos e meios, sendo devidamente apoiados para tal - seja em termos de apoio financeiro, seja na preparação de projectos viáveis, seja ainda na monitorização da sua implementação. (...) a experiência florescente do microcrédito (...) demonstra que estamos perante uma via para a inclusão que é viável, tem potencial e tem um espaço de crescimento que, por exemplo em Portugal,

pode e deve ser consideravelmente alargado."

Referindo-se concretamente à ANDC, o secretário de Estado reconheceu que: "Entre nós, tem sido a ANDC que tem ocupado, e muito bem, este espaço, desenvolvendo um trabalho em muitos aspectos pioneiro" e acrescentou: "Tudo isto faz da ANDC um parceiro privilegiado, seja pelo objectivo do seu trabalho, seja pela sua metodologia de actuação, seja ainda pelo enorme poten-

cial que reconheço nestes dois vectores."

Terminou afirmando que "todos temos a noção de que" o IEFP ao assinar o acordo com a ANDC "mais não está a fazer do que reconhecer o seu papel meritório e a contribuir para que a Associação possa aprofundar o seu trabalho de proporcionar oportunidades de inserção, solidária, responsável e com um grande voto de confiança naqueles que beneficiam do seu apoio." ▼

## “Parceria a favor do emprego”

**Os resultados** obtidos durante a vigência do primeiro acordo IEFP-ANDC e a convicção de que o trabalho desta se enquadra nos objectivos do Instituto no quadro da sua política de promoção activa do emprego, foram alguns dos pontos sublinhados por Mário Caldeira Dias, presidente da Comissão Executiva do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP),

para justificar o interesse deste organismo na assinatura de um novo acordo com a ANDC.

Classificando o acordo como a face visível de uma "parceria a favor do emprego", Mário Caldeira Dias exprimiu a sua convicção de que através dele se obterão resultados positivos em matéria de inserção social por via do regresso à actividade económica de cidadãos desempregados ou com integração

precária no mercado de emprego.

O acordo é válido por três anos (2001-2003), obriga a Associação a apresentar os seus planos e cronogramas de actividades anuais, a prestar contas do trabalho realizado e supõe um acompanhamento trimestral de todas as acções desenvolvidas. As relações IEFP-ANDC orientam-se sobretudo pelo resultado obtido por esta no que diz respeito aos montantes de

crédito que é capaz de mobilizar para permitir a criação de micro-empresas. Durante os três anos que o acordo cobre, o apoio financeiro do IEFP à Associação será calculado de forma decrescente em relação a esses montantes, visto que as partes concordaram que a ANDC deve progressivamente apresentar ganhos de eficiência à medida que a sua actividade se expande e consolida. ▼

## “Exercício de responsabilidade social”

**Filipe Pinhal**, vice-presidente do BCP, quis, no final dos trabalhos do Seminário, elogiar o trabalho da Associação e sublinhar o carinho com que o seu banco olha para o microcrédito. Sublinhando que esta actividade apresenta rácios semelhantes a outras linhas de crédito do grupo bancário que dirige, Filipe Pinhal, que esteve desde o início na concepção do acordo BCP-ANDC e que sempre

acompanhou de perto a sua concretização, manifestou o empenho do banco em tudo fazer para permitir que um número crescente de pessoas possa beneficiar da oportunidade de recorrer a este esquema de crédito.

Referindo a sua experiência pessoal na administração de várias instituições financeiras, o vice-presidente do BCP afirmou que graças à ANDC foi pos-

sível encontrar um modo único de concretizar a consciência e a responsabilidade sociais do banco, permitindo que este, dentro daquilo que é a sua actividade principal ofereça, "uma segunda oportunidade, uma hipótese de recomeço de vida, a pessoas que, por uma ou outra razão, se encontram em situações de dificuldade."

Trocando os termos do acordo - que deu à ANDC a

possibilidade de concretizar os seus objectivos - Filipe Pinhal afirmou que quem com ele ganha é o BCP, não por aumentar o número dos seus clientes ou a sua quota de mercado, mas porque "através da ANDC, foi oferecida ao BCP a oportunidade de concretizar, de forma séria e rigorosa, uma resposta à responsabilidade social" que o banco sempre quis assumir. ▼